

CONSTRUÇÃO ADVERBIAL PREPOSICIONAL *EM FACE DE X*: CORRELAÇÃO ENTRE PADRÃO DISCURSIVO E A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO

Fábio Rodrigo Gomes da Costa¹

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é analisar os contextos de usos da construção adverbial preposicional *em face de X* que, conforme Costa (2018), apresenta natureza híbrida de significado adverbial (circunstancial) e preposicional (espacial/referencial). Ao analisarmos dados extraídos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), notadamente em Decretos-Lei, é possível afirmar que os contextos orientadores do discurso atualizam o significado construcional. Deste modo, identificamos o uso do *em face de* em seu significado referencial [+preposicional] em vista de sua inserção em padrão discursivo injuntivo ao passo que o *em face de*, inserido em padrão discursivo argumentativo, apresenta significado causal [+adverbial]. Assim, podemos afirmar que a variação por paradigma discursivo resulta em variação por polissemia do *em face de*. Podemos constatar também que os diferentes usos do *em face de X* são resultado de um processo multifatorial, no qual fatores contextuais, lexicais e gramaticais interagem e acionam os diferentes significados do advérbio preposicional *em face de*.

Palavras-chave: Advérbio preposicional. Variação por paradigma. Gramática de Construções.

THE BRAZILIAN PREPOSITIONAL ADVERB *EM FACE DE*: CORRELATION BETWEEN DISCURSIVE PATTERN AND THE CONSTRUCTION OF THE MEANING

ABSTRACT: The objective of this research is to analyze the contexts of uses of the prepositional adverbial construction from the analysis of the form *em face de*, which, according to Costa (2018), presents a hybrid nature in view of its adverbial and prepositional properties. When analyzing data extracted from the Legislative Assembly of Rio de Janeiro (Alerj), notably in Decree-Laws, it is possible to affirm that the contexts guiding the discourse update the constructional meaning. In this way, we identified the use of *em face de* in its referential meaning [+ prepositional] in view of its insertion in an injunctive discursive pattern whereas *em face de*, inserted in an argumentative discursive pattern, it has a causal meaning [+ adverbial]. Thus, we can affirm that the variation by discursive paradigm results in variation by polysemy of *em face de*. We can also see that the different uses of *em face de* are the result of a multifactorial process, in which contextual, lexical and grammatical factors interact and trigger the different meanings of the Brazilian prepositional adverb *em face de*.

Keywords: Prepositional adverb. Variation by paradigm. Construction Grammar.

¹Doutorando em Língua Portuguesa no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do grupo de pesquisa Predicar: Formação e expressão de predicados complexos e predicacões. E-mail: fabiorodrigoc@yahoo.com.br. ORCID iD: 0000-0003-1831-2443

Introdução

Neste artigo, temos o objetivo de analisar e discutir os usos da construção adverbial preposicional *em face de* que, conforme Costa (2018), pode apresentar sentidos mais preposicionais (espaciais/referenciais) ou mais adverbiais (circunstanciais) a depender do entorno textual. Dessa forma, além da análise dos sentidos ativados nos contextos de usos, nossa preocupação de análise recai também sobre o tratamento da variação por padrão discursivo conforme apresentado em Leino & Östman (2005), Machado Vieira e Wiedemer (2020) e Wiedemer & Machado Vieira (2018a, 2018b).

A construção *em face de*, conforme defendido por Costa (2018), é denominada de advérbio preposicional, em que a noção adverbial advém da função modificadora e circunstancial e a noção preposicional advém da função relatora e referencial). Ainda, de acordo com autor, em um nível mais esquemático, os advérbios preposicionais podem ser representados pelo esquema abstrato {[XAdvYPrep] Adv. Prep.}, em que temos: XAdv representa o significado abstrato/esquemático adverbial; e YPrep representa o significado abstrato/esquemático preposicional, e com isso, a representação abstrata [Adv. Prep.]. Esse esquema, que está em nível mais elevado da hierarquia construcional, licencia, em nível menos esquemático, os diferentes significados construcionais, como: lugar, oposição, tempo, efeito/resultado, causa e concessão.

Ao avaliar os diferentes subesquemas formadas pelos advérbios preposicionais, Costa (2018) demonstrou que essas construções podem instanciar diferentes significados construcionais, que são decorrentes da categorização híbrida dos advérbios preposicionais, que são dependentes do contexto de uso (frame pragmático, conforme Fried, 2010). Deste modo, são fixados os padrões construcionais [+preposicional], [±preposicional/adverbial] e [+adverbial]. Assim, em contextos de usos mais locativos, mais a categoria preposicional é perspectivada; e, em contextos de usos mais abstratos, mais a categoria adverbial é focalizada.

Os exemplos, abaixo, ilustram os diferentes usos dos advérbios preposicionais:

(a) ðHélio Henrique dos Santos, que trabalha **em frente à** Faculdade de Medicina da USP, onde o corpo foi encontrado, conta ter sido o primeiro a perceber que o morador de rua estava morto.ö

[Folha de São Paulo, 20/07/2017]

(b) ðO diretor de futebol do Corinthians, Flávio Adaulto, disse pela primeira vez que chegou a procurar o Dorival Júnior, então técnico do Santos, **antes de** efetivar a contratação de Fábio Carille.ö

[Estadão, 09/08/17]

(c) *õ*O governo federal tem sido criticado por conceder reajustes aos servidores **em face do** grande desequilíbrio orçamentário deste ano. Essa crítica é válida, mas ela esquece o fator gerador dos atuais reajustes salariais: as pautas-bombas de 2015.õ

[Folha de São Paulo, 04/08/2017]

Em (a), podemos perceber que o advérbio preposicional *õem frente aõ* funciona como referência físico-concreta, portanto corresponde ao padrão [+preposicional]. Em (b), o advérbio preposicional *õantes deõ*, por funcionar como referência abstrato-temporal, corresponde ao padrão[±preposicional/adverbial]. Em (c), o advérbio preposicional *õem face deõ* funciona como referência abstrato-lógica, em vista de introduzir sintagma que apresenta noção circunstancial e contribuir para a articulação lógica da sentença, e, por este motivo, corresponde ao padrão [+adverbial].

Em (c), é possível identificar que o advérbio preposicional *em face de* introduz o sintagma *õem face do grande desequilíbrio orçamentário deste anoõ*, cuja relação com a oração *õO governo federal tem sido criticadoõ*, permite-nos perceber a noção de causa. É notório que o teor argumentativo presente no texto acima favorece o uso de expressões causais. Em Costa (2018), argumentamos que, além do advérbio preposicional *õem face deõ*, o *õdiante deõ* também introduz sintagma com valor causal, conforme o exemplo abaixo:

(d) **õDiante da** repercussão negativa, Temer passou o dia tentando contornar a situação. Conversou com o ministro do DEM, Mendonça Filho (Educação), e, em jantar com Maia, negou que tenha tentado vetar o ingresso de dissidentes no DEM e disse que quem está conversando com o PSB, é o presidente do partido, senador Romero Jucá (RR).õ

[Folha de São Paulo, 18/07/17]

Conforme Costa (2018), o advérbio preposicional *õdiante deõ*, em (d), introduz sintagma que estabelece com a oração seguinte uma relação causal, que pertence ao nível factual. No entanto, o *õem face deõ*, conforme demonstrado por Costa (2018), estabelece uma relação causal no nível inferencial, devido ao teor mais subjetivo, conforme o exemplo abaixo:

(e) **õEm face da** carência de provas recorreu-se a suposições, hipóteses e ilações e escreveu-se uma peça de ficção. Uma verdadeira peça de ficção", reforça Mariz na mensagem.õ

[Estadão, 05/07/17]

Retomando os exemplos (c) e (e), é possível atribuir que a construção advérbio preposicional *em face de*, apesar de sua origem espacial, funciona, no contexto comunicativo,

notadamente argumentativo, como referência abstrato-lógica, e passa a apresentar o sentido causal.

Gradiência: intersecção entre categorização e construções

De acordo com Castilho (2010), *em face de* se insere no eixo espacial transversal (localização posterior), ou seja, está no seu sentido base, de origem espacial. O autor classifica essa estrutura como preposição complexa. Sobre o assunto, o autor comenta que outra questão é a das preposições complexas, denominadas de locuções prepositivas em nossa tradição gramatical. Seu estatuto é aí mal definido e tradicionalmente, as preposições complexas são definidas como um advérbio ou um substantivo antecedido opcionalmente por certas preposições (CASTILHO, 2010, p. 588).

O termo gradiência é usado de diferentes maneiras no discurso linguístico. Traugott & Trousdale (2010) demonstram duas maneiras pelas quais o termo tem sido usado. Uma se refere à natureza dos limites entre as categorias e a outra se refere à organização dos membros dentro de uma categoria. Segundo os autores, juntas, as diferentes maneiras de uso do termo podem ser caracterizadas como o entrelaçamento das categorias no sistema da linguagem. Os autores, ainda, propõem que a gradiência seja entendida como um fenômeno sincrônico enquanto a gradualidade seja entendida como um fenômeno diacrônico.

Um aspecto da gradiência é que alguns membros de uma categoria são vistos como prototípicos. Sobre isso, Wiedemer e Machado Vieira (2018a, p. 105) comentam que:

[...] como a gramática consiste em construções, os signos linguísticos são categorias prototípicas. E o protótipo de uma construção é caracterizado pelo significado do lexema fortemente associado a uma construção. Assim, quanto maior a força de associação de determinado lexema à construção, mais prototípico; quanto menor, menos prototípico.

Assim os falantes não têm apenas conhecimento específico do item sobre expressões particulares, mas também conhecimento generalizado ou esquemático sobre eles (GOLDBERG, 2006, p. 98 *apud* TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013, p. 14). Além disso, em uma abordagem construcional, não é necessário especificar categorias gramaticais, embora haja construções que especificam esses recursos. O potencial criativo da linguagem também deriva desse fato de que as construções podem se combinar livremente, desde que não haja conflitos (GOLDBERG, 2006, p. 22).

Soma-se que a esquematicidade é uma propriedade de categorização que envolve abstração. De acordo com Traugott e Trousdale (2013), os padrões construcionais mais gerais compreendem a níveis mais abstratos na hierarquia construcional, bem como os padrões construcionais mais específicos compreendem a níveis menos abstratos ou menos esquemáticos. Assim, as construções podem ser consideradas como macroconstruções (padrões construcionais mais abstratos), mesoconstruções (padrões construcionais menos abstratos), microconstruções (construções individuais) e construtos (ocorrências de microconstruções).

Robert (2008) afirma que nem sempre há correspondência entre forma e significado na linguagem. Deste modo, várias formas podem apresentar um mesmo significado e uma mesma forma pode apresentar vários significados a depender do contexto. É fundamental estabelecer uma distinção entre contexto e co-texto. Enquanto este se refere a fatores internos da linguagem, como o ambiente sintático e textual de um dado elemento, aquele se refere a fatores externos da linguagem, como tempo, lugar, interlocutores.

De acordo com Robert (2008), o significado de uma palavra é resultado de um processo multifatorial:

Com efeito, todos os fatores, contextuais, lexicais e gramaticais, intervêm constantemente na interpretação progressiva do significado de um enunciado e na especificação dos valores de seus termos. Quando aparece em uma frase, uma unidade está ligada, concomitantemente, a elementos em diferentes níveis: em relação ao contexto verbal e situação precedente, em relação aos outros elementos lexicais, em relação às estruturas sintáticas. Tudo está ligado na linguagem e os mecanismos relacionais produzem significado através da interação constante entre os elementos envolvidos. Colocar palavras em frases, desse modo, ativa um ou outro de seus significados latentes e produz uma ligação contextual (limpa um caminho através da floresta de significados) (ROBERT, 2008, p. 31).²

Robert (2008) defende, portanto, que a interação entre os vários elementos (contexto, unidades linguísticas e estruturas) é que produz o significado do termo. A autora cita que a mudança no significado pode ser provocada pela interação entre as propriedades nominais do referente e as do determinante, como em *õuma pessoa quadradaõ* ou *õpé quadradoõ* ou pode

² Cf. original *õIn effect, all of the factors, contextual, lexical and grammatical, constantly intervene in the progressive construal of an utteranceõs meaning and in the specification of the values of its terms. When it appears in a sentence, a unit is linked, concomitantly, to elements at different levels: in relation to the verbal context and preceding situation, in relation to the other lexical elements, in relation to the syntactic structures. Everything is linked in language and the relational mechanisms produce meaning through constant interaction between the elements involved. Putting words into sentences thereby activates one or another of its latent meanings and produces a contextual linkage (it clears a pathway through the forest of meanings)õ.*

ser determinada mais pelo ambiente verbal do que pelos parâmetros de entrada lexical, como a palavra *branco* em *vinho branco*. A autora esclarece que neste caso ocorre uma *reversão semântica*, conforme é denominado por Sinclair (1998, p. 6).

Deste modo, ao analisarmos o uso do *em face de*, partimos da hipótese de que seus diferentes significados são resultado de um processo multifatorial. Assim, retomando o exemplo em (c), podemos observar que o valor circunstancial do sintagma *em face do grande desequilíbrio orçamentário deste ano*, no qual o *em face de* está inserido, decorre da interação deste sintagma com os sintagmas *O governo federal tem sido criticado* e *por conceder reajustes aos servidores*. O texto chama a atenção para o fato de o governo federal ser criticado. O alvo das críticas, portanto, são os reajustes aos servidores. É interessante notar que a cláusula seguinte: *em face do grande desequilíbrio orçamentário deste ano* estabelece com a cláusula anterior uma noção causal, o que justifica as críticas feitas ao governo federal.

Robert (2008) também afirma que fatores lexicais e gramaticais interagem e se condicionam mutuamente. Ela cita que, em uma construção verbo + complemento, a natureza do verbo introdutório restringe a escolha e a categoria gramatical do complemento. Deste modo, a semântica do verbo limita a escolha do complemento. Como exemplo, ela cita que, em uma sentença como *He took John to the zoo* (Ele levou John ao zoológico), a preposição não poderia seguir imediatamente o verbo em vista de esta posição já ser preenchida pelo beneficiário.

Semelhante a este exemplo citado por Robert, temos a sentença com *em face de* extraída dos dados da Alerj:

Esta Lei dispõe sobre a vedação de cadastro ou lista negativa de consumidores que proponha ação judicial **em face de** dos fornecedores de produtos e serviços. [Alerj, 27/03/2018].

Podemos notar que o sintagma *em face dos fornecedores de produtos e serviços* funciona como complemento da expressão *proponha ação judicial*. Portanto, a função relatora e referencial (preposicional) da construção *em face de* é mais saliente neste contexto. Percebemos que o *em face de* relaciona sintaticamente o termo anterior com o seu objeto contra o qual é feita a ação judicial. É interessante observar que a semântica do termo anterior (acionar judicialmente) restringe a escolha do complemento. Ou seja, o complemento deverá ser preenchido por elemento concreto, o qual seja possível ser acionado judicialmente.

Assim, advogamos que a interação destes elementos lexicais e gramaticais condiciona o valor semântico do *em face de*, que apresenta noção [+preposicional].

Robert (2008) salienta, ainda, que os fatores que determinam o significado de um termo são variados. Eles podem ser linguísticos ou pragmáticos e geralmente pertencem a um domínio de incidência também variável. A autora esclarece que estes diferentes fatores que especificam o significado de um termo no discurso seguem processos regulares, que são baseados em um mecanismo geral que Culioli (1992) chama de *õrepérageõ* (ancoragem). Robert supõe que a ancoragem seja um mecanismo cognitivo fundamental, que atua na construção da figura e fundo, do tópico e do foco, bem como na percepção visual. O processo de ancoragem, segundo ela, se dá por meio da relação entre dois termos, nos quais um deles é tomado como um ponto de ancoragem a fim de localizar o outro termo. Deste modo, um termo está localizado em referência a outro termo, ao passo que este outro termo funciona como ponto de referência. Tais termos podem ser de diferentes naturezas: nocionais (como um nome em relação a um adjetivo), pontos de referência temporais (como um momento no tempo), subjetivos (como o sujeito). Assim, as relações entre os termos de um enunciado produzem ligações contextuais, ativam atratores de significado, criam isótopos semânticos e especificam significados de palavras. Desta forma, podemos explicar os diferentes significados construcionais da construção adverbial preposicional *õem face deõ*.

Terkourafi (2009 *apud* Bergs & Diewald, 2009, p. 3) afirma que existe uma forte interdependência entre co-texto e contexto, de tal forma que os dois são um só. Conforme a autora, o contexto assim entendido inclui em primeiro lugar o contexto linguístico circundante, ou seja, o enunciado como parte de um discurso maior.

Hoffmann & Bergs (2018) afirmam ser necessário haver estudos sistemáticos sobre o papel das construções em unidades linguísticas maiores, como textos e gêneros. Os autores argumentam que os tipos/gêneros de textos são objetos de construção adquiridos com base nas experiências de comunicação interacional, assim como as construções *õcomunsõ*. Hoffmann & Bergs (2018) afirmam que os tipos de textos constituem construções no sentido técnico, com pareamento de forma e significado, armazenados em redes taxonômicas em nível micro, meso e macro. Assim, segundo os autores, em consonância com as abordagens baseadas no uso, a construção de um texto específico dá origem a uma construção de gênero esquemática.

De acordo com Leino & Östman (2005), as construções tendem a ser concebidas como rígidas e estáticas. Os autores afirmam já haver sugestões no sentido de ligar o contexto como um atributo que assume valores diferentes, no entanto os requisitos sobre quais valores

ou especificações um atributo de contexto pode assumir tendem a ser mais impressionistas do que sistemáticos.

Östman (2005) e Miranda (2000; 2006) defendem que os pressupostos da Gramática de Construções permitam explicar estruturas e processos discursivos de um modo mais sistemático. Assim, deve-se estender a Gramática de Construções para além da sentença. Östman (2005, p. 126) apresenta quatro argumentos que justificam esta necessidade: (i) o discurso é convencionalizado; (ii) o discurso e a sintaxe não se opõem, antes, se articulam; (iii) aceitabilidade e convencionalidade são relativas ao contexto; (iv) a Gramática de Construções precisa reconhecer a utilidade de molduras holísticas como os gêneros.

Östman (2005) sugere que, do mesmo modo que as construções no nível da sentença, o padrão discursivo representa o pareamento de forma e função de um texto/discurso. De acordo com o autor, o padrão discursivo é concebido como associações convencionalizadas entre tipo de texto e gênero.

Ao defender a reestruturação de algumas das noções fundamentais da Gramática de Construções, Leino & Östman (2005) argumentam que a reestruturação é devido à necessidade de a Gramática de Construções ser capaz de explicar adequadamente aspectos de variação ou variabilidade e assim aumentar o poder explicativo do modelo.

De acordo com Leino & Östman (2005), a variabilidade é central para a compreensão de como as unidades linguísticas se comportam. De acordo com os autores, existem basicamente duas abordagens dentro da Gramática de Construções que abordam indiretamente a variação: uma é a noção de herança e a outra é a noção de protótipos. Os autores argumentam haver três tipos de variabilidade a serem tratados: a) variação livre; b) variação entre paradigmas; e c) variabilidade por analogia. Para dar conta adequadamente desses três tipos de variabilidade, os autores ressaltam a importância do conceito de (i) padrão discursivo (*discourse pattern*), bem como da introdução de dois novos conceitos na Gramática de Construções: (ii) pool de valores/atributos (um conjunto de atributos/valores para as propriedades do pareamento convencional forma-função) / *value pool* e (iii) metaconstrução/ *metaconstruction*.

A variação por paradigma discursivo

Leino & Östman (2005), ao investigarem a variação de marcação de pessoa gramatical no sistema pronominal e verbal finlandês, oferecem a possibilidade de variação por paradigma discursivo. Para os autores, considerando os postulados teórico-metodológicos da

Gramática de Construções, é possível considerar diferentes construções para cada paradigma, pois essas podem ser herdadas por outras construções ou serem aplicáveis a discursos inteiros. Para tanto, desenvolvem noção de padrão discursivo (LEINO & ÖSTMAN, 2005), que é o correlato cognitivo de tipo de texto definido linguisticamente e do gênero definido socioculturalmente. A representação abaixo ilustra o papel do padrão discursivo e do frame semântico na construção:

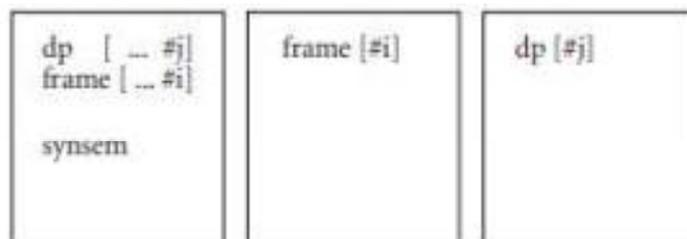


Figura 1. Representação esquemática da relação entre construções, frames semânticos e padrão discursivo (LEINO & ÖSTMAN, 2005, p. 201)

De acordo com Leino & Östman (2005), as construções e os construtos terão um atributo *dp* (padrão discursivo). Os autores incluem a noção de atributo para indicar os diferentes paradigmas (prescritivo ou não prescritivo, por exemplo). Assim, cada paradigma passa a compreender um determinado registro. Com isso, os usuários de uma determinada língua podem oscilar entre os dois paradigmas, usando, por exemplo, formas mais formais ou informais em um mesmo discurso. Para lidar com estas diferenças, os autores introduzem a noção de *pool* de valores a fim de dar conta de um conjunto de condicionantes que podem ser especificados a um atributo. Assim, a ideia básica é que um conjunto de valores pode ser atribuído/especificado a um atributo, conforme a representação abaixo, em que *ã* significa atributo e *õ* significa valor:



Figura 2. Representação da noção de valores e atributos (LEINO & ÖSTMAN, 2005, p. 202)

Leino & Östman (2005) afirmam que os padrões discursivos são correlatos das construções no nível do discurso da mesma forma que os frames são na Semântica de Frames.

Ao procurar evidenciar a relação entre a Semântica de Frames e a abordagem construcional, Fried (2010) apresenta a ideia de frame discursivo com o intuito de salientar o papel dos frames e das construções como fatores que contribuem para a interpretação do discurso espontâneo. A autora argumenta que a noção de significado construcional não depende somente da soma dos significados de cada constituinte. Deste modo, a autora estabelece uma distinção entre o *frame semântico* e o *frame discursivo*, pois as construções exibem significados pragmáticos que não podem ser atribuídos ao frame semântico. Conforme esclarece a autora, há informações contextuais, como tipo de texto, gênero textual, forma pragmática etc. que não podem ser desprezadas das construções. Assim, conforme Fried, os frames discursivos são entidades cognitivas que organizam convencionalmente as informações contextuais esperadas e que são reunidas no conhecimento compartilhado do falante de uma prática interacional estabilizada (FRIED, 2010, p. 98).

Fried (2010) assevera que a semântica e a pragmática ocupam posição dentro de um *continuum* e que, portanto, há fluidez no limite entre os dois domínios. Além disso, o frame semântico e o pragmático representam dois tipos de significados. Enquanto o pragmático pode ser definido como esquematizações de convenções de estruturas discursivas e comunicativas, o semântico pode ser definido como esquematizações de conhecimento de mundo associado com unidades lexicais individuais, ou seja, representam dois níveis, um representacional e outro ideacional, mas que são vistos como partes integrantes do polo do significado. Assim, de acordo com a autora, a emergência de padrões sensíveis ao discurso pode ser sistematicamente capturada por meio de uma interação entre significados construcionais bem abstratos (desenvolvidos por meio de transferência metafórica), significados lexicais das palavras e funções pragmático-discursivos em particular.

Dessa forma, a ideia de frame, cenário discursivo nos moldes de Fillmore (1982), ou seja, para Fried (2009, 2010) temos um padrão discursivo que licencia determinadas construções. Sobre isso, Machado Vieira e Wiedemer (2020, p. 294),

A noção de construção não se pauta na especificação de um sentido fixo, por isso podemos considerá-la polissêmica por natureza. Nesse sentido, a construção está relacionada a um enquadre (*frame*) semântico subjacente à cena representada pelos elementos linguísticos que a constituem. Esses enquadres integram o conhecimento partilhado pelos falantes, que podem codificar a cena (enunciação) de diferentes formas.

Metodologia

O objetivo desta pesquisa é confirmar a atuação de fatores contextuais, lexicais e gramaticais nos diferentes significados do advérbio preposicional *em face de*. Em Costa (2018), utilizamos amostras de dados extraídos dos jornais Folha de São Paulo (<https://www.folha.uol.com.br>) e Estadão (<http://www.estadao.com.br>), entre os meses de julho e outubro de 2017, totalizando 510 ocorrências. Foram observadas as ocorrências do *em face de* (33 dados) em diferentes gêneros textuais, como artigo de opinião, reportagem, carta do leitor etc. Em vista das diferentes seções dos jornais, como política, economia, opinião, cultura, esportes, foi possível observar as possibilidades de uso dos advérbios preposicionais decorrentes de variados ambientes semânticos. A partir da coleta de dados nos jornais Folha de São Paulo e Estadão, foi observado, que, em contextos argumentativos, as propriedades mais adverbiais do *em face de* sobressaem.

Para a presente pesquisa, em vista do emprego recorrente da expressão *em face de* em textos de domínio jurídico, procuramos realizar uma análise da ocorrência do *em face de* em decretos de lei, publicados na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) a fim de observar a correlação entre o padrão discursivo e o *em face de* nele inserido. Os decretos de lei estão disponíveis no site da Alerj (www.alerj.rj.gov.br), mais precisamente no item leis e projetos. Após clicar no item leis ordinárias, é aberta uma página na qual se apresenta a barra de pesquisa. Ao digitar *em face de* em legislação, os diferentes decretos que apresentam o advérbio preposicional são disponibilizados.

Os dados coletados correspondem a decretos de lei publicados entre os anos de 2005 e 2019 e totalizam 83 ocorrências. Após feita a coleta, realizamos uma pesquisa qualitativa, na qual foram observados os fatores contextuais, lexicais e gramaticais que interagem e condicionam o uso de *em face de*, sendo mais preposicional ou mais adverbial. Identificamos que os dados analisados, a depender dos contextos orientadores do discurso, atualizam o significado construcional do *em face de*.

Análise

O objetivo de nossa análise é confirmar a hipótese de que o padrão discursivo atualiza o significado dos elementos linguísticos no qual estão inseridos, como o é o caso do advérbio preposicional *em face de*, em contextos argumentativos ou injuntivos. Analisamos, portanto, a sua inserção em dois padrões discursivos a fim de observar a variação por polissemia, seja em sentido mais preposicional seja em sentido mais adverbial.

No exemplo abaixo, podemos observar que o advérbio preposicional *em face de* está inserido em um padrão discursivo argumentativo, o que favorece o seu uso no sentido de causa:

(1) Contudo a questão é ainda mais séria, pois, por estarem trabalhando, alguns jovens entrevistados nem seriam contados como desempregados, já que as estatísticas usualmente definem como tal as pessoas que não trabalham e procuram trabalho. Ademais, **em face do** pequeno número de entrevistados, a reportagem não apresenta a enorme dimensão do problema [Estadão, 06/10/2017].

O fragmento acima foi extraído de um artigo de opinião escrito pelo economista Roberto Macedo e publicado no jornal Estadão. Trata-se de excerto de texto argumentativo em razão da presença de elementos que indicam a tomada de posição do autor, como a questão é ainda mais séria e a enorme dimensão do problema. Além disso, podemos identificar a presença de conectores usados para justificar, como pois, já que e o em face de. Este inicia a sentença em face do pequeno número de entrevistados, que estabelece uma relação de causa com a oração a reportagem não apresenta a enorme dimensão do problema.

Nota-se, em (1), que o sintagma a reportagem não apresenta a enorme dimensão do problema constitui um adendo para reforçar a ideia defendida de que o número de desempregados é muito maior do que o número apontado pelas estatísticas e divulgado na reportagem. Além disso, o que justifica o fato de a reportagem não apresentar a real dimensão do problema é o fato de o número de entrevistados ser pequeno. Esta informação está presente no sintagma encabeçado pelo advérbio preposicional *em face de*.

O excerto apresentado em (1) compõe um dos dados coletados por Costa (2018) a fim de demonstrar que o contexto argumentativo favorece o uso do *em face de* no sentido de causa. Entendemos que o significado causal em (1) é resultado de um processo multifatorial. Deste modo, os elementos lexicais (conectivos causais, elementos abstratos), contextuais (texto argumentativo) e estruturais (os dois sintagmas estão lado a lado na sentença) favorecem a noção causal do advérbio preposicional *em face de*.

Ao realizarmos a coleta de dados na Alerj, também é possível identificar a presença de *em face de* no sentido de causa, conforme os excertos abaixo:

(2) **Art. 8º** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá convocar, a qualquer tempo, **em face de** imperiosa necessidade do serviço, Juízes de Direito Titulares de

Entrância Especial, integrantes da primeira quinta parte da antiguidade, para compor as Câmaras. [LEI Nº 6956 DE 13 DE JANEIRO DE 2015]

(3) **Art. 2º** - O Serviço Funerário de que trata esta Lei, **em face da** necessidade de urgência de sepultamento, poderá ocorrer mediante a substituição da documentação regular exigida por declarações de próprio punho de familiares ou pessoas próximas, ratificadas por autoridades policiais ou de defesa civil - à exceção da Declaração ou Atestado de Óbito. [LEI Nº 6907 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014]

(4) **Art. 1º** Fica concedida anistia administrativa aos servidores estaduais, civis e militares, aos quais são atribuídas condutas entendidas como passíveis de sanções administrativas disciplinares **em face dos** movimentos reivindicatórios ocorridos a partir de meados de fevereiro, prolongando-se até a primeira semana do mês de março de 2017. [LEI Nº 7925, DE 22 DE MARÇO DE 2018].

Percebemos que, nos excertos (2), (3) e (4), o *em face de* apresenta sentido causal devido a sua inserção em um padrão discursivo argumentativo. Entendemos que o sentido de causa do advérbio preposicional *em face de* decorre de sua presença em um sintagma adverbial, que exprime a noção circunstancial de causa com o objetivo de dar uma justificativa à sentença. Assim, em (2), o sintagma *em face de* imperiosa necessidade do serviço expressa a justificativa para o Tribunal de justiça poder convocar Juízes de Direito Titulares de Entrância Especial. Em (3), o sintagma *em face da* necessidade de urgência de sepultamento indica a justificativa para a ocorrência do Serviço Funerário. E, em (4), *em face dos* movimentos reivindicatórios ocorridos a partir de meados de fevereiro indica a causa das sanções administrativas disciplinares aos servidores estaduais, civis e militares. Entendemos que, nos excertos acima, a interação de elementos estruturais (sintagmas lado a lado) condicionam o uso do *em face de* no sentido de causa.

Entre os demais dados coletados, identificamos o uso do advérbio preposicional *em face de*, não como introdutor de sintagma adverbial, e sim como elemento que estabelece a ligação entre um termo e seu complemento. Neste caso, as propriedades adverbiais do *em face de* não estão salientes, ou seja, sua propriedade preposicional sobressai e estabelece uma relação semântica que denominamos de referencial. Apresentamos abaixo alguns dos dados coletados:

(5) Dispõe sobre a adoção de medidas protetivas de urgência **em face do** agente da lei que praticar violência doméstica e familiar contra a mulher. [Lei nº 5402, de 10 de março de 2009].

(6) Solicita ao excelentíssimo senhor governador do estado do rio de janeiro, Sérgio Cabral, o envio de mensagem dispoendo sobre procedimentos adotados **em face dos** policiais militares, policiais civis e bombeiros militares nos casos de procedimentos administrativos e dá outras providências. [Alerj, 25/09/2007].

(7) Art. 8º - Os consumidores que tenham ingressado com ações judiciais **em face da** CEDAE, e estiverem interessados em aderir ao Programa de Refinanciamento de Dívidas,

poderão utilizar os valores depositados em juízo para quitação da dívida, mediante transação de direitos com essa finalidade. [LEI Nº 4.681, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2005].

Em (5), é possível identificar que o sintagma **em face do** agente da lei que praticar violência doméstica e familiar contra a mulher funciona como complemento do termo medidas protetivas de urgência. Em (6), o sintagma **em face dos** policiais militares, policiais civis e bombeiros militares exerce a função de complemento do termo procedimento adotados. E, em (7), o sintagma **em face da** CEDAE funciona como complemento de ações judiciais. Assim, ao contrário dos exemplos (1), (2), (3) e (4), em que o *em face de* encabeça sintagma adverbial, nos dados (5), (6) e (7), o *em face de* encabeça sintagma que funciona como complemento verbal ou nominal de um termo anterior. Assim, a propriedade preposicional do *em face de* nos dados (5), (6) e (7) é evidente e é decorrente de sua inserção em um contexto linguístico que favorece o uso [+preposicional].

Além dos aspectos gramaticais que acionam a propriedade preposicional do *em face de*, acreditamos que outras informações contextuais, como tipo e gênero textual, contribuem para a variação polissêmica do *em face de*, conforme podemos observar no decreto abaixo, publicado em 18 de outubro de 2016:

(8) Ao candidato reprovado ou não selecionado, **em face de** exame ou teste psicotécnico, será garantido o direito de recurso mediante a apresentação de resultado ou laudo originados de profissional inscrito no Conselho Regional de Psicologia que, em caso de indeferimento, deverá conter fundamentação técnica que contradiga os termos do recurso profissional apresentado. [Alerj, 18/10/2016].

No excerto acima, o *em face de* está inserido em um decreto sancionado pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Reconhecemos no texto a natureza injuntiva, pois visa, por meio de uma lei em vigor, a dar respaldo ao interlocutor em como agir caso seja reprovado a um cargo público em exame ou teste psicotécnico. Percebemos que as perífrases verbais *será garantido* e *deverá conter* constituem elementos importantes para o encadeamento lógico das ações no texto. Devido a sua natureza não argumentativa, podemos perceber que o valor causal de *em face de* não é evidente. Identificamos, portanto, um valor referencial, pois o sintagma *em face de* exame ou teste psicotécnico, constitui a informação central, que corresponde à natureza da avaliação feita ao candidato ao cargo público. Deste modo, o sintagma iniciado pelo *em face de* representa uma informação indispensável ao texto.

Podemos observar que a posição que o sintagma *em face de* exame ou teste psicotécnico ocupa na sentença (posterior aos termos *reprovado* ou *não selecionado*) não

poderia ser outra devido ao sintagma ser um complemento dos termos *õreprovadoõ* ou *õnãõ selecionadoõ*. Deste modo, entendemos que, em razão desta relação sintática, a natureza do termo anterior condiciona a natureza do complemento, o que favorece o uso mais preposicional do *em face de*.

Em (8), portanto, podemos identificar que os elementos lexicais e gramaticais interagem no texto e acionam a noção que denominamos de referencial, pois advogamos que o *em face de*, neste contexto, apresenta uso [+preposicional].

No excerto abaixo, podemos identificar a presença do *em face de* em decreto-lei, publicado de 13 de janeiro de 2015:

(9) **Art. 22** Ao Corregedor-Geral incumbe:

I - substituir o 3º Vice-Presidente, sem prejuízo de suas atribuições próprias;

II - dirigir as atividades administrativas da Corregedoria Geral;

III - integrar o Órgão Especial e o Conselho da Magistratura;

IV - tomar parte nos julgamentos do Órgão Especial, sem as funções de relator ou revisor, salvo quando vinculado por vista anterior;

V - instruir representação contra Juízes, por determinação do Órgão Especial;

VI ó promover, de ofício ou mediante representação, investigação preliminar **em face de** magistrado de primeiro grau, determinando o seu arquivamento quando não configurada infração disciplinar ou ilícito penal;

VII - encaminhar ao Órgão Especial proposta de instauração de processo administrativo disciplinar **em face de** magistrado de primeiro grau [...] [Alerj, 13/01/2015].

Em (9), o *em face de* introduz o sintagma *õem face de magistrado de primeiro grauõ*. Assim como em (8), o advérbio preposicional não apresenta valor causal, pois o sintagma não representa a causa de se promover a investigação preliminar. É possível compreender que compete ao Corregedor-Geral exercer a função de orientar e fiscalizar o serviço judiciário. Cabe ao Corregedor-Geral a tarefa na administração da justiça de fiscalizar os juízes de primeira instância, conforme descrito no decreto apresentado. No dado acima, o sintagma introduzido pelo *em face de* apresenta valor referencial, em vista de ser possível perceber a relação entre duas funções do serviço judiciário, sendo que uma está subordinada a outra. Nota-se, portanto, que o *em face de* estabelece uma relação de subordinação entre a função do magistrado e a função do Corregedor-Geral.

Em (9), é possível notar que fatores textuais, como a natureza não argumentativa, ou, mais precisamente, injuntiva, por conta de estabelecer normas quanto ao papel do Corregedor-Geral no serviço judiciário, são determinantes para o uso referencial do *em face de*. Além disso, notamos que fatores lexicais e gramaticais condicionam o uso do *em face de* como valor referencial. No item VI do fragmento acima, percebemos que o *em face de* está inserido

na construção verbo + complemento presente na sentença. O sintagma *em face de* magistrado de primeiro grau funciona como complemento do termo *promover investigação preliminar*. No item VII, percebemos que este mesmo sintagma encabeçado pelo *em face de* não funciona como complemento de um termo que expressa ação verbal, e sim do termo *processo administrativo disciplinar*. Deste modo, entendemos que a interação entre o complemento, no qual está inserido o *em face de*, com o termo anterior condiciona o valor referencial do *em face de*.

Em (10), podemos observar o uso do *em face de* em decreto-lei publicado em 10 de dezembro de 2018:

(10) **Art. 1º** Fica autorizado ao guia de turismo registrar e dirigir o seu próprio automóvel ou utilitário no desempenho de suas atividades profissionais, conjugando-as à prestação de serviços de transportes turísticos, tais como o serviço de *transfer*, de excursões, de passeios e de programações turísticas em geral.

Parágrafo único. Para cada guia de turismo, apenas um automóvel ou utilitário poderá ser registrado, podendo sê-lo o de seu cônjuge ou dependente ou, ainda, o veículo **em face do** qual o guia se encontra na condição de adquirente através de alienação fiduciária. [Alerj, 10/12/2018].

Percebemos em (10) que o *em face de* estabelece uma relação entre o guia de turismo e o veículo. Sabemos que a natureza concreta dos elementos envolvidos no enunciado realça a noção de proximidade do advérbio preposicional, ou seja, realça a noção de que um elemento está próximo do outro, o que favorece o valor referencial do *em face de*. A relação entre os termos *guia de turismo* e *veículo* produz, portanto, ligações contextuais que ativam o significado do *em face de*. Além destes elementos presentes no enunciado, percebemos que o sintagma verbal *o guia se encontra na condição de adquirente* incute a noção de posse. Soma-se a isso o fato de tais elementos (*guia de turismo* e *veículo*) serem respectivamente (+ humano) e (+ objeto), o que favorece a noção de posse estabelecida no enunciado. Deste modo, reafirmamos que a interação entre tais elementos lexicais condicionam o significado do *em face de* mais próximo da função preposicional.

Assim como em (8) e em (9), pode-se notar que o excerto (10) constitui padrão discursivo injuntivo, que visa a estabelecer normas quanto a uma das atribuições referentes à atividade de guia de turismo. É possível notar que o texto, devido à presença de elementos como *Fica autorizado* e *podendo sê-lo*, aciona a noção de ordenar ou determinar uma ação.

Podemos constatar que, ao analisarmos os dados de (1) a (10), o uso do *em face de* se relaciona ao padrão discursivo em que se encontra. Em (1), (2), (3) e (4), o *em face de* apresenta valor causal em vista de sua inserção em um padrão discursivo argumentativo. Já nos dados de (5) a (10), o *em face de* apresenta valor referencial em decorrência de estar inserido em um padrão discursivo injuntivo, ou não argumentativo. É possível então lançar a hipótese de que o padrão discursivo licencia determinadas construções, como o *em face de*, analisado nesta pesquisa. Além disso, conforme Leino & Östman, cada padrão discursivo possui diferentes especificações, denominadas de atributo.

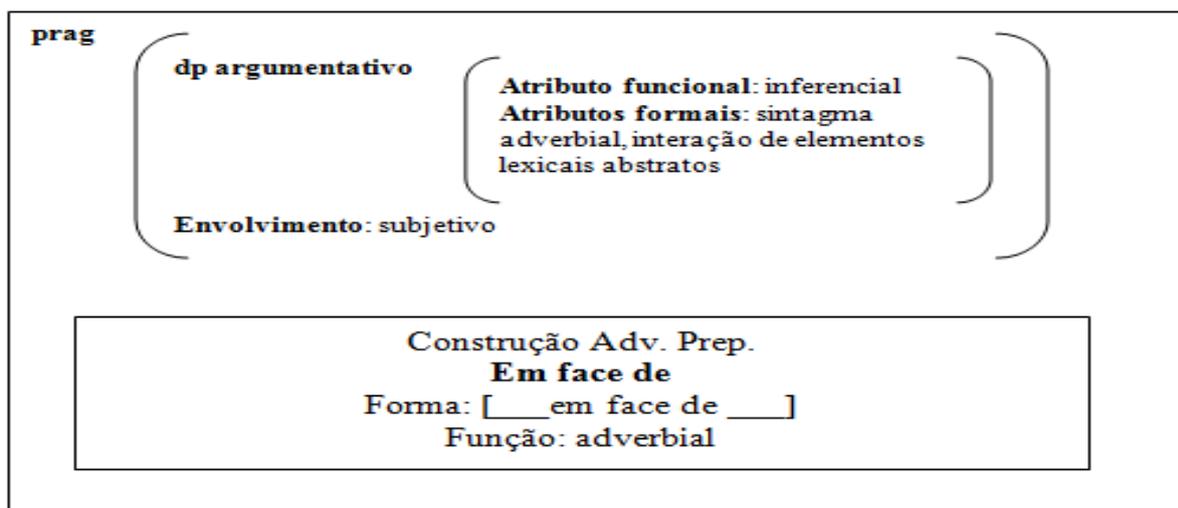
Assim, o padrão argumentativo e o padrão injuntivo não são equivalentes, respectivamente, ao texto argumentativo e ao texto injuntivo, e sim a um padrão que apresenta atributos funcionais e formais. Com isso, ao relacionarmos o padrão discursivo argumentativo e o injuntivo, percebemos que este apresenta atributo factual e aquele atributo inferencial. Entendemos que o atributo factual é um constituinte, presente no padrão discursivo injuntivo, que o aproxima da objetividade, em que não se pode perceber explicitamente a tomada de posição do enunciador.

Já o atributo inferencial é um constituinte, presente no padrão discursivo argumentativo, que é próprio do texto subjetivo, no qual se explicita o ponto de vista do enunciador. Defendemos, portanto, que o padrão discursivo argumentativo, em razão de sua natureza mais subjetiva, favorece o uso do *em face de* com valor causal; enquanto o padrão discursivo injuntivo, em vista de sua natureza mais próxima da objetividade, favorece o uso do *em face de* com valor referencial.

Também percebemos que o padrão argumentativo apresenta atributos formais³, como a presença de sintagma adverbial e a interação de elementos lexicais abstratos, ou que acionam sentidos circunstanciais. Como o padrão argumentativo se vale de argumentos abstratos, é natural a presença de sintagmas circunstanciais que exprimem valor causal e de elementos lexicais abstratos. Já o padrão injuntivo apresenta atributos formais, como encadeadores lógicos das ações e a presença de complementos verbais e nominais. Como este padrão está pautado na concretização de uma ação, ou seja, exigem que determinações sejam cumpridas, entendemos que tais atributos sejam comuns neste padrão.

O esquema abaixo permite-nos visualizar a correlação entre a construção *em face de*, no sentido de causa, e o padrão discursivo argumentativo:

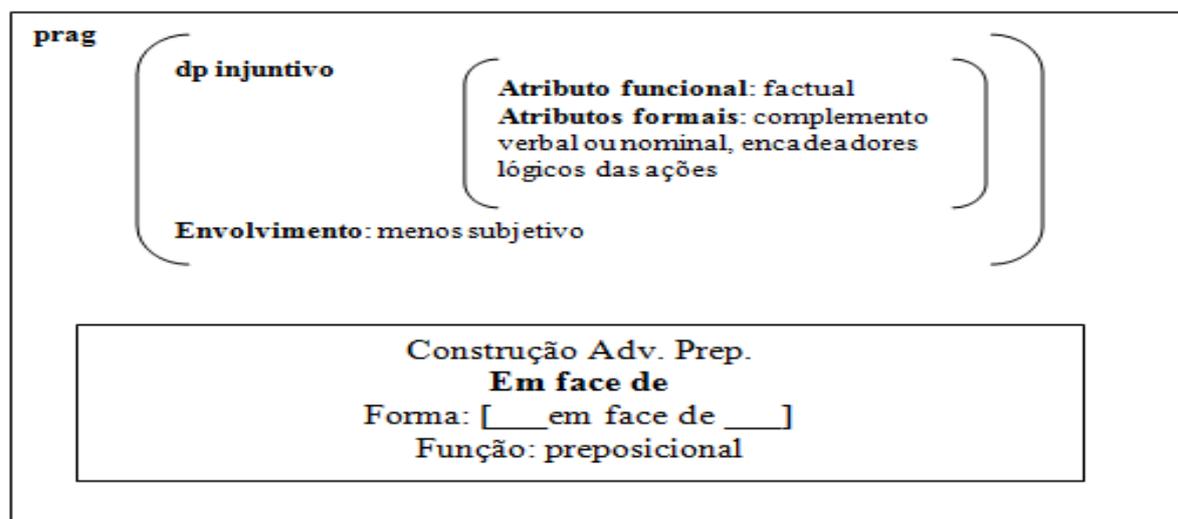
³ Reconhecemos que há outros atributos (formais/funcionais) envolvidos na representação de cada paradigma. Aqui é um esboço de uma análise inicial, ou seja, uma hipótese a ser aprofundada. Em uma próxima etapa, prevemos o controle de outros atributos/valores e a correlação com peso estatístico.



Esquema 1. O padrão discursivo argumentativo e a função adverbial

No esquema acima, podemos notar que o *em face de* está inserido em um padrão discursivo argumentativo e que esta inserção licencia o uso do *em face de* no sentido causal. A construção *em face de*, quanto à forma, é representado por [__ em face de __]. Quanto à função, denominamos de adverbial em vista de apresentar propriedades pragmáticas e semânticas como modo e circunstância, conforme Costa (2018).

No esquema abaixo, é possível visualizar a correlação entre a construção *em face de*, no sentido referencial, e o padrão discursivo injuntivo:



Esquema 2. O padrão discursivo injuntivo e a função preposicional.

No esquema acima, podemos ver que o *em face de*, por estar inserido em um padrão discursivo injuntivo, licencia o uso do *em face de* no sentido referencial. A construção preserva a forma usada no padrão discursivo argumentativo, no entanto, sua função é preposicional devido a apresentar propriedades pragmáticas e semânticas como o ponto de referência e a noção relacional, conforme Costa (2018).

Os dois diferentes padrões (argumentativo e injuntivo) representam dois diferentes paradigmas. Deste modo, as diferentes funções apresentadas pelo advérbio preposicional *em face de* estão vinculadas a sua inserção em paradigmas distintos. Podemos, assim, afirmar que a variação polifuncional quanto ao uso do *em face de* constitui uma variação por paradigma.

Considerações finais

No presente trabalho, pudemos observar que os diferentes usos do *em face de* são resultado de sua inserção em unidades discursivas maiores, como o texto argumentativo e o injuntivo. Segundo Leino & Östman, a unidade maior, na qual as construções estão inseridas, é denominada de padrão discursivo ou paradigma discursivo. Assim, a variação do uso do *em face de* decorre da variação do paradigma discursivo.

Conforme os autores, o padrão discursivo constitui uma associação convencionalizada entre tipo de texto e gênero. Advogamos que o padrão discursivo é resultado da interação de elementos contextuais, lexicais e gramaticais.

Identificamos que o padrão discursivo injuntivo apresenta elementos que funcionam como encadeadores lógicos para as ações impostas. Além disso, o gênero decreto-lei, por seu caráter impositivo, tem como propósito apresentar normas a serem acatadas na esfera pública. Assim, observamos que a natureza do padrão discursivo injuntivo aciona a noção referencial do advérbio preposicional *em face de*.

Já o padrão discursivo argumentativo visa apresentar o posicionamento crítico do enunciador e de fornecer justificativas para a sua tomada de posição. Além disso, a presença de conectores usados para apresentar justificativas é comum em textos desta natureza. Por este motivo, podemos observar que a natureza do padrão discursivo argumentativo condiciona o uso do *em face de* no sentido de causa.

Deste modo, foi possível observar em nossos dados que, além dos elementos contextuais, fatores lexicais e gramaticais também condicionam o uso do advérbio preposicional *em face de*. Observamos que o *em face de* funciona, em textos argumentativos, como introdutor de sintagma adverbial, e que seu valor causal é resultado da interação entre

elementos lexicais do sintagma adverbial e do enunciado no qual o sintagma adverbial está inserido. Já em textos injuntivos, observamos que o *em face de* relaciona dois elementos. Ou seja, o *em face de* exerce a função de introdutor de complemento de um termo. Assim, seu significado referencial decorre da interação entre estes elementos no enunciado.

REFERÊNCIAS

BERGS, A.; DIEWALD, G. Contexts and Constructions. In: BERGS, A; DIEWALD, G. *Contexts and Constructions*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2009.

CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

COSTA, F. R. G. *Os advérbios preposicionais antes de, diante de, em frente a/de e em face de: gradiência e fixação de padrões construcionais*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) UERJ/FFP, São Gonçalo, 2018.

CROFT, W. *Radical Construction Grammar*, Oxford: Oxford University Press, 2001.

FRIED, M. Construction and frames as interpretive clues. *Belgian Journal of Linguistics*, p. 83-102, 2010.

GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HOFFMANN, T.; BERGS, A. A Construction Grammar Approach to Genre. *CogniTextes*, v. 18, 2008.

LEINO, J.; ÖSTMAN, J-O. Constructions and variability. In: FRIED, M.; BOAS, H. *Grammatical Construction: back to the roots*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, p. 192-213.

MACHADO VIEIRA, M. S.; WIEDEMER, M. L. A variação no modelo construcionista da Linguística Funcional-Cognitiva. In: BRESCANCINI, C. R.; MONARETTO, V. N. O. (Orgs.). *Sociolinguística no Brasil: textos selecionados*. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2020, p. 265-304.

ROBERT, S. *Words and their meanings: principles of variation and stabilization*. Martine Vanhove. From polysemy to semantic change: towards a typology of lexical semantic associations, John Benjamins, 2008.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

WIEDEMER, M. L.; MACHADO VIEIRA, M. S. Lexemas e construção: atração, coerção e variação. *Caderno Seminal Digital Especial*, v. 30, n. 30, p. 81- 132. 2018a.

WIEDEMER, M. L.; MACHADO VIEIRA, M. S. Sociolinguística e Gramática de Construções: o envelope da variação. In: FRANCESCHINI, L. T.; LOREGIAN-PENKAL, L. (Org.) Sociolinguística: Estudos de variação, mudança e atitudes linguísticas. Guarapuava: Editora da Unicentro, p. 41-77, 2018b.

Recebido em: 14.12.2021.

Aceito em: 15.03.2021.